

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/02/2015 a 28/02/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Incra/RS entrega títulos de domínio a agricultores da Colônia Limeira</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/02/2015 .....	3
<b>Parcelas irregulares são desocupadas em Mato Grosso do Sul</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/02/2015.....	4
<b>Incra busca parceria com governo estadual para ações de reforma agrária na Bahia</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/02/2015 .....	4
<b>SC: Incra contrata empresas para estudos antropológicos de comunidades quilombolas</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/02/2015 .....	5
<b>Incra obtém primeiro imóvel do ano para criação de assentamento em Sergipe</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/02/2015 ....	6
<b>RN: Incra conclui primeira etapa da regularização das Comunidades Quilombolas Aroeira e Pavilhão</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/02/2015 .....	7
<b>Projeto vai disponibilizar dados de 190 comunidades quilombolas brasileiras</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/02/2015.....	8
<b>Patrus Ananias entrega escrituras e diz que prioridade do MDA é a reforma agrária.</b> João Paulo Biagi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/02/2015 .....	9
<b>Acampamento dom Tomás Balduino: celebração e resistência.</b> Antônio Canuto e Cristiane Passos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/02/2015.....	10
<b>Conflitos com índios vão se agravar, prevê ex-presidente da Funai.</b> Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Blogs. 25/02/2015 .....	11
<b>Patrus Ananias discute com ministro da Secretaria de Estudos Estratégicos agenda comum para agricultura familiar e reforma agrária.</b> Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/02/2015.....	13

## **Incra/RS entrega títulos de domínio a agricultores da Colônia Limeira – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/02/2015**

A trajetória da Colônia iniciou por volta de 1950 com a implantação de um projeto de colonização pela empresa Della Giustina. Nessa época, os contratos autorizavam os agricultores a cultivarem o solo em troca de derrubarem a mata, formarem as lavouras e destinarem parte da produção à firma proprietária.

Porém, o empreendimento faliu na década de 1970 e a área passou a ser ocupada pelos antigos meeiros, seus descendentes e outras famílias. Desde então, os ocupantes vivem tempos de insegurança jurídica, sem possibilidade de serem contemplados por políticas públicas nem benefícios sociais. “A regularização fundiária significa sair dessa condição de posseiro, com direitos precários e difícil acesso a créditos, para ser proprietário, abrindo uma série de oportunidades como o ingresso no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)” exemplifica o chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra/RS, Francisco Lemos.

O superintendente regional do Incra/RS, Roberto Ramos, salienta que os beneficiados terão duas décadas para pagar pelas áreas nos termos estabelecidos pela Instrução Normativa do Incra nº 80/ 2014 (publicada no Diário Oficial da União de 26/05/2014). Conforme a norma, serão 17 parcelas anuais, com três anos de carência. Além disso, os títulos estão inscritos no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), possuem georreferenciamento certificado e registro no cartório local de forma a evitar futuros custos para as famílias.

### *Comemoração*

Aristeu e Elmi Hoffmann foram o primeiro casal a receber seu título. Natural do município de Mata, o marido conta que aos 13 anos mudou-se com os pais e 13 irmãos para ajudar a desbravar uma “colônia” (lote de 24 hectares) na condição de agregados da Della Giustina. Assim como os vizinhos, a família possuía apenas juntas de bois para adentrar na mata, destocar o terreno e cultivar o solo. Com o fim do contrato, eles continuaram morando, produzindo e construindo benfeitorias no local, apesar das ameaças de perderem os investimentos.

Atualmente, Aristeu e Elmi ocupam 11 hectares basicamente com produção de leite. A legalização da propriedade era aguardada, segundo o marido, “para deixar um documento para os filhos”. Um deles, Marcio Adriano, que vive de diárias agrícolas, esperava a definição sobre o patrimônio para suceder os pais no trabalho na propriedade.

As recordações de Elvira de Souza Hahn, sobre as dificuldades enfrentadas por seu pai já falecido, Firmino de Souza, diferem apenas nas dimensões do lote que restou para ela e o esposo, Flávio. O casal cria gado, planta milho e alfafa em seis hectares, onde mora com dois filhos, de 23 e 16 anos, que pretendem continuar a herança agrícola.

Ouvindo memórias semelhantes desde a infância por ter nascido em uma comunidade vizinha, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roque Gonzales, Laura Langer, emocionou-se durante o evento de entrega da documentação. “Quando o Incra

ligou avisando que os títulos chegaram foi uma alegria. É um capítulo que se finda dentro desta história”, disse. Autoridades locais e regionais, além de pessoas que acompanharam a trajetória da Colônia Limeira, também prestigiaram o evento.

---

### **Parcelas irregulares são desocupadas em Mato Grosso do Sul – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/02/2015**

Apesar da ampla divulgação sobre as consequências de invasões e vendas de terrenos da reforma agrária, mais duas famílias são despejadas com força policial. Desta vez a medida foi adotada no Projeto de Assentamento Estrela Campo Grande, a 25 quilômetros do centro da capital de Mato Grosso do Sul. Os ocupantes se instalaram numa área coletiva, local destinado à implantação do centro urbano do assentamento, abrangendo inclusive a área programada para a produção de peixes, principalmente pacu e tilápia.

O superintendente regional do Incra-MS, Celso Cestari Pinheiro, ressalta que a superintendência não pode fechar os olhos e validar ações como as ocupações irregulares, uma vez que “não existe nenhuma dificuldade para qualquer pessoa buscar informações no Incra sobre as formas corretas de ser beneficiário da reforma agrária”, frisou.

#### **Legislação**

Segundo o Decreto-Lei 9.760/46, é proibida a ocupação de imóveis da União sem autorização do poder público e prevê despejo sumário. No caso de compra, venda ou arrendamento de terrenos da reforma agrária, é aplicado o artigo 171 do Código Penal, no qual está definido como crime obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro mediante artifício ardid ou qualquer outro meio fraudulento.

---

### **Incra busca parceria com governo estadual para ações de reforma agrária na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/02/2015**

Educação, assistência técnica, desenvolvimento tecnológico e regularização fundiária foram os principais assuntos abordados na reunião entre o governador Rui Costa e o superintendente regional do Incra na Bahia, Gugé Fernandes. O encontro aconteceu na manhã desta quinta-feira (05), na Governadoria. A intenção do compromisso foi fortalecer a questão agrária, por meio parcerias e convênio a serem firmados pelo Incra e o governo baiano.

O superintendente destaca que Rui Costa foi enfático ao declarar sobre a necessidade de investir na educação e tecnologia no campo, com disposição para criar pólos de educação rural com pesquisa. Para tanto, além de fundos específicos, o governo buscará aporte de recursos no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) para atender famílias do meio rural, tanto da reforma agrária quanto da agricultura familiar.

“O governador deverá contar ainda com o apoio das universidades estaduais e dos institutos federais na Bahia para criar centros de tecnologias e levar educação especializada às famílias do campo”, explica o superintendente.

#### *Obtenção e Desenvolvimento*

Dentre os temas discutidos, Fernandes ressalta que Rui Costa pretende qualificar a assistência técnica prestada aos assentados com um modelo a ser discutido com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Outro ponto foi o reforço ao Incra para algumas atividades relacionadas à obtenção de novas áreas de reforma agrária para assentar famílias. Além disso, o governador propõe a diminuição dos conflitos agrários e a regularização de terras públicas, que é atribuição do governo estadual.

Além de Gugé Fernandes, participaram da reunião o secretário Relações Institucionais, Josias Gomes, e o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Márcio Matos.

---

#### **SC: Incra contrata empresas para estudos antropológicos de comunidades quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/02/2015**

A Superintendência do Incra em Santa Catarina efetivou a contratação de quatro empresas para a elaboração de relatórios antropológicos de cinco comunidades remanescentes de quilombos e tradicionais do estado. Os extratos dos contratos foram publicados nas edições de 15 e 16/01 e 04/02 do Diário Oficial da União (D.O.U).

Os relatórios antropológicos devem trazer características detalhadas das comunidades, fornecendo dados técnicos para que o Incra dê andamento ao processo de regularização fundiária destas áreas. As cinco comunidades a serem enfocadas nos estudos agora contratados são: Aldeia e Areais da Ribanceira, localizadas em Imbituba; Caldas do Cubatão, em Santo Amaro da Imperatriz; Morro do Fortunato, em Garopaba, e Santa Cruz (Toca), em Paulo Lopes.

A comunidade Vidal Martins, de Florianópolis, que também teria empresa contratada para efetuar seu estudo, optou pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realização do relatório. “A UFSC manifestou interesse em fazer este relatório e abrimos o processo para que um acordo de cooperação seja firmado, com plano de trabalho específico para este fim”, explica Sessuana Paese, chefe da Divisão de Ordenamento do Incra/SC.

#### *Participação e acompanhamento*

A fim de preparar as comunidades para receber os profissionais que realizarão os estudos, a equipe do Incra está promovendo reuniões nestas localidades. Na ocasião, são repassados os detalhes de como será o trabalho de elaboração do relatório, que tem prazo de execução de nove meses a partir da assinatura da ordem de serviço.

Cada comunidade será estudada por três profissionais: um coordenador mestre em Antropologia - com experiência comprovada em trabalhos de delimitação de comunidades - e dois assistentes com nível superior. Eles serão responsáveis por pesquisar documentos históricos e bibliografia existentes sobre cada comunidade, efetuar observação participante com, no mínimo quarenta dias em campo com a comunidade, levantar a produção agrícola e áreas de preservação, elaborar mapas da área e apresentar proposta para delimitação da comunidade.

“Os trabalhos serão fiscalizados por comissão de servidores do Incra e também pela comunidade, que será consultada sobre o trabalho e a conduta dos profissionais”, revela o antropólogo do Incra, Marcelo Spaolonse. Ele explica, ainda, que o trabalho de cada empresa acontecerá em três etapas que compreendem a apresentação do plano de trabalho, o trabalho em campo e a organização de relatório parcial e, por fim, a apresentação do relatório final.

A partir da última semana de fevereiro, as equipes contratadas começam a ser apresentadas às comunidades em reuniões que irão dar início efetivo aos trabalhos em campo.

---

### **Incra obtém primeiro imóvel do ano para criação de assentamento em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/02/2015**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assegurou, na última terça-feira (10), a conquista da primeira área do ano, destinada à criação de projeto de assentamento em Sergipe. O imóvel Fazenda Águas Claras, vistoriado pelo Incra em março de 2011 e classificado como improdutivo, teve sua posse imitada em favor da autarquia federal e será transformado em um projeto de reforma agrária com capacidade para o assentamento de 15 famílias.

Localizada no entorno de uma área prevista para a criação de uma Reserva Extrativista (Resex), no município de Itaporanga D’Ajuda (distante cerca de 30 Km da capital, Aracaju), a fazenda, com 214 hectares de extensão, dará origem ao primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDFS) da reforma agrária sergipana. “Será nosso primeiro assentamento criado a partir desse modelo e faremos todos os esforços para que se torne um exemplo de sustentabilidade, de integração entre o social e a preservação do meio ambiente”, afirmou Leonardo Góes, superintendente regional do Incra/SE.

#### *Potencial de cultivo*

Além do extrativismo da mangaba, nativa da região, a área possui, também, potencial para o desenvolvimento da apicultura, do cultivo da mandioca e da criação de animais de pequeno e grande porte. O novo projeto de assentamento será a sétima área de reforma agrária implantada pelo Incra no município de Itaporanga D’Ajuda, onde vivem, atualmente, 232 famílias assentadas.

---

## **RN: Incra conclui primeira etapa da regularização das Comunidades Quilombolas Aroeira e Pavilhão – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/02/2015**

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio Grande do Norte (Incra/RN) concluiu a primeira etapa da regularização das comunidades quilombolas Aroeira, no município de Pedro Avelino, e Pavilhão, em Bom Jesus. Os resumos dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) das comunidades, o primeiro passo para o processo de regularização das áreas, foram publicados na última terça-feira (10) no Diário Oficial da União.

O RTID é composto pelo Relatório Antropológico, que aponta os aspectos históricos e socioculturais da comunidade e é a peça técnica principal para o início da regularização dos territórios remanescentes de quilombos, pelo Laudo Agrônomico e pelo Memorial Descritivo da área.

Com a publicação dos relatórios no Diário Oficial da União, já estão sendo contatados outros órgãos, como o Iphan, o Ibama, a Secretaria do Patrimônio da União, a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a Fundação Cultural Palmares e a Funai, a fim de se verificar a possibilidade de regularizar as áreas como territórios ocupados por remanescentes de comunidades de quilombo.

### **Família, Tradição e Cultura**

De acordo com o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/RN, o trabalho de campo realizado nas comunidades para a elaboração do Relatório Antropológico identificou várias tradições mantidas há gerações pelas famílias.

Na comunidade quilombola Aroeira, no município de Pedro Avelino, na região central do estado, a cerca de 158 quilômetros de Natal, que tem origem no século XIX, há um histórico comum de ocupação da área de aproximadamente 530 hectares reivindicada pelas 37 famílias, que possuem fortes laços de parentesco.

A história da comunidade Pavilhão, em Bom Jesus, no agreste potiguar, a 46 quilômetros da capital, começa no século XIX, na região de engenhos do município de Macaíba. A comunidade, com 23 famílias, reivindica cerca de 52 hectares e é derivada da Comunidade Quilombola de Capoeiras, com a qual tem forte relação de parentesco e compartilha a manifestação cultural afrobrasileira "Dança do Pau Furado".

### *Processo de Regularização*

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autorreconhecimento em nome da mesma. Devem ainda encaminhar à Superintendência Regional do Incra uma solicitação formal de abertura dos

procedimentos administrativos visando à regularização.

A regularização do território tem início com um estudo da área, a elaboração de um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território.

Ao final do processo, é concedido um título coletivo de propriedade à comunidade em nome da associação dos moradores da área e feito seu registro no cartório de imóveis. Atualmente, existem 19 processos de regularização de territórios quilombolas abertos no Incra/RN.

---

### **Projeto vai disponibilizar dados de 190 comunidades quilombolas brasileiras – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/02/2015**

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) uniram-se para sistematizar informações de 190 comunidades quilombolas em processo de titulação.

Por meio do projeto “Formulação de uma linguagem pública sobre comunidades quilombolas”, será construído um banco de dados com aspectos como o histórico de ocupação dos locais; a caracterização do território; principais conflitos em questão; atividades produtivas essenciais e potenciais; modos de viver do grupo; saberes e fazeres da comunidade. O objeto de análise são laudos antropológicos de comunidades quilombolas em situação de regularização territorial, produzidos pelo Incra.

“Com base nesse acervo, o projeto dará mais visibilidade às comunidades e facilitará, à sociedade em geral, o acesso ao conhecimento e a informações relevantes dos territórios”, ressalta Fátima Brandalise, coordenadora do NEAD.

#### *Reconhecimento*

A pesquisa, iniciada recentemente, está prevista para ser concluída em 2016. Nos dias 25 e 26 de fevereiro, acontece a primeira reunião de trabalho da equipe, em Belo Horizonte (MG). O projeto está estruturado em cinco etapas: análise e sistematização do material; elaboração de fascículos com as informações principais sobre cada comunidade; criação do banco de dados; seminários sobre o tema; e um livro com todos os dados da pesquisa reunidos por região e característica.

Isabelle Picelli, coordenadora substituta da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra, destaca que o projeto vai contribuir para o reconhecimento dessas comunidades como formadoras da nação brasileira. “A importância de divulgar os dados contidos nos relatórios antropológicos é, primeiramente, poder transpor o conhecimento científico dos relatórios para uma linguagem acessível aos não especialistas: as próprias comunidades quilombolas, gestores locais, público escolar. Com isso, queremos disseminar as histórias de



manutenção e resistência dos grupos quilombolas para a população mais ampla, e estimular que este material seja apropriado e divulgado também pelas comunidades”, acrescentou.

De acordo com Lilian Gomes, coordenadora técnica do projeto por meio do Observatório da Justiça Brasileira (OJB) da UFMG, a intenção é traçar um diálogo amplo com as comunidades quilombolas e movimentos sociais relacionados. Também participam da iniciativa o Núcleo de Estudos sobre Populações Quilombolas e Tradicionais (NUQ) e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), ambos da Universidade mineira.

---

**Patrus Ananias entrega escrituras e diz que prioridade do MDA é a reforma agrária. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 20/02/2015**

A partir desta sexta-feira (20), 60 famílias de agricultores da Associação Rural Amigos da Terra da Fazenda Água Boa, localizada em Bocaiúva (MG), terão a posse das terras onde vivem. O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, entregou a escritura aos novos donos das propriedades, que adquiriram os terrenos por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Ele garantiu que a prioridade principal da pasta é a reforma agrária.

O ministro afirmou que MDA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) atuarão em conjunto para identificar todos os acampamentos que serão assentados. “A nossa grande prioridade será assentar as famílias acampadas em todo o território nacional. Para isso, vamos alinhar uma ação integrada com o MDS para identificarmos todas as famílias acampadas e a partir deste levantamento, assentarmos. Nossa segunda prioridade é dar condições para que esses assentados produzam produtos saudáveis, que promovam a vida”, salientou.

A solenidade também marcou a assinatura de dois convênios do MDA com o estado de Minas Gerais: um para operacionalizar o PNCF no estado e outro para assegurar a prestação de assistência técnica local pelos próximos cinco anos. Ao todo, serão investidos quase R\$ 4 milhões, entre convênios e escritura, em benefício de mais de 4,6 mil famílias de agricultores.

Patrus Ananias ressaltou ainda a necessidade de se trabalhar com o foco na reforma agrária, para difundir o direito à propriedade. “Estou muito feliz hoje. Fui criado na roça e este momento ficará guardado para sempre na minha memória.”

A comunidade de Água Boa recebeu, ainda, um trator como parte do projeto de reestruturação do assentamento em que vivem. “Essa política pública foi a única forma que achamos para poder adquirir nossas terras. Sem o PNCF não seria possível. Encontramos muito apoio no MDA, fomos contemplados e vamos ser modelo de acesso ao Crédito Fundiário não só para Minas Gerais, mas também para o Brasil”, comemorou a presidente da Associação Água Boa, Simone Pimenta.

O grupo de agricultores familiares financiou, por meio do PNCF mais de 800 hectares de terra pela linha Combate à Pobreza Rural (CPR), que disponibiliza recursos não

reembolsáveis para a estruturação da propriedade. Com a entrega, Bocaiúva passa a ter mais de 100 famílias de agricultores beneficiadas pelo Crédito Fundiário.

#### *Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)*

Gerido pelo MDA, o PNCF já beneficiou mais de 135 mil famílias em 21 estados, sendo 4.571 em Minas Gerais.

O Programa é uma política pública do Governo Federal criada para que agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. Funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que possibilita a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento permite ao agricultor construir casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo.

---

#### **Acampamento dom Tomás Balduino: celebração e resistência. Antônio Canuto e Cristiane Passos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 23/02/2015**

No último sábado, 21 de fevereiro, as 3.500 famílias cadastradas no acampamento Dom Tomás Balduino, no município de Corumbá de Goiás, realizaram uma grande festa da pamonha, comemorando a primeira colheita do acampamento. Foi um momento de celebração e de mostrar a resistência dessas famílias na luta por terra para produzir alimentos saudáveis.

Para esta festa foram convidados amigos e apoiadores de Brasília e de Goiás, que em grande número se fizeram presentes neste momento de celebração.

O que não faltou foi pamonha. O acampamento está organizado em 22 núcleos de no mínimo 50 famílias. Cada núcleo colheu o milho e fez pamonhas de diversos sabores, além de caldo de milho, curau, bolinho frito, canjica e torta de milho. Também tinha arroz com pequi e frango. Pelas contas dos assentados devem ter sido feitas de 15 a 18 mil pamonhas.

Participaram deste acontecimento religiosos e religiosas de Brasília e Goiás, representantes de diversos movimentos sociais, professores e estudantes das Universidades de Brasília, Federal de Goiás, Estadual de Goiás, além de políticos e familiares de Dom Tomás, inclusive uma irmã sua com mais de 80 anos. João Pedro Stédile, da direção nacional do MST, também esteve no evento.

A pamonhada foi acompanhada de um culto ecumênico (no acampamento há pessoas de diferentes igrejas, inclusive pastores evangélicos) e de um ato político em que diversas pessoas tomaram a palavra.

Foi um conagraçamento que vai marcar a história dos que dele participaram.

O acampamento, porém, corre sério risco de ser despejado. Uma ordem judicial do juiz de Corumbá determinou a reintegração de posse para o dia 25 deste mês, e o juiz se ausentou da comarca, muito possivelmente para não receber a apelação que os

advogados do Movimento elaboraram. Este juiz, no ano passado, 15 dias antes da ocupação, havia emitido uma sentença proibindo o movimento de ocupar. Ocupação efetuada no dia 31 de agosto, já no dia seguinte um minuto depois de ter recebido a denúncia da ocupação, já havia assinado e remetido ao cartório a sentença de reintegração de posse. A ação, porém, não foi executada durante o período eleitoral. Em dezembro já estava montada a operação de despejo para a qual foram mobilizados 5.000 policiais da Polícia Militar de Goiás. Mas, o Tribunal de Justiça do estado, na véspera da execução do despejo, em decisão liminar sustou a ação para evitar a eclosão de um massacre no local.

Está convocada para o dia 26 uma reunião do CNJ, Conselho Nacional de Justiça, que vai discutir a situação. O MST espera que até lá o despejo não aconteça. E estão sendo feitas negociações e articulações para se evitar o despejo.

Para quem não sabe, a área ocupada pertence ao senador Eunício de Oliveira, do Ceará que adquiriu, com diversas formas de pressão, 88 propriedades declaradas à justiça eleitoral nos municípios de Corumbá de Goiás, Alexânia e Abadiânia.

A CPT de Goiás ajudou a organizar o culto ecumênico e três agentes da CPT nacional participaram da festa.

---

### **Conflitos com índios vão se agravar, prevê ex-presidente da Funai. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Blogs. 25/02/2015**

*“Os conflitos não ocorrem porque os índios têm terra demais”, diz o antropólogo Márcio Meira, ex-presidente da Funai. “Eles ocorrem porque os índios têm terras que interessam ao agronegócio.”*

Há uma reação cada vez mais forte na sociedade brasileira às demandas das populações indígenas, na avaliação do antropólogo Márcio Meira, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). A reação decorre do crescimento econômico e o consequente avanço sobre áreas ocupadas pelos índios por empreendimentos do agronegócio, da mineração e hidrelétricas, segundo o especialista.

Outro fator preocupante para os índios, na avaliação do especialista, é o fortalecimento da bancada ruralista no Congresso e o seu alinhamento com grupos religiosos que apoiam missionários. Meira afirma que o objetivo da Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC-215), que está sendo desarquivada na Câmara, é a paralisação da Funai – cuja missão legal é a proteção dos interesses indígenas.

*O antropólogo também acredita, por outro lado, que as comunidades indígenas estão melhor preparadas para a defesa de seus direitos. A perspectiva é de acirramento dos conflitos.*

Meira presidiu a Funai durante cinco anos, entre 2007 e 2012. Foi o presidente mais longevo da instituição, desde que foi criada em 1967. Em seu mandato ocorreram a retirada dos arroteiros da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a aprovação do projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

*Em entrevista ao Estadão, em 2008, o senhor disse que o preconceito contra os índios estava aumentando no Brasil. Como vê a situação hoje?*

Ficou pior. As reações anti-indígenas estão cada vez mais visíveis entre os atores políticos no Legislativo e no Executivo – onde existem ministros favoráveis e contrários às demandas indígenas. Mas não é só. O sentimento anti-indígena é forte no conjunto da sociedade. As pesquisas de opinião mostram isso. Um levantamento realizado em 2011 pela Fundação Perseu Abramo mostrou que 5% dos entrevistados concordavam de maneira total ou parcial com a expressão ‘índio bom é índio morto’. Isso significa uma concordância de 10 milhões de brasileiros.

*A que atribui esse sentimento?*

Quando se observa a história do Brasil no período republicano, verifica-se o seguinte: em todas as ocasiões nas quais o País passou por um grande processo de desenvolvimento econômico, sempre associado à expansão da ocupação territorial, houve acirramento das tensões com os indígenas. No início do século 20, o crescimento econômico provocou o avanço territorial em direção a áreas quase inacessíveis nos Estado dos Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo. Os conflitos com os indígenas foram muito fortes, porque eles estavam no caminho da construção das estradas de ferro e também do movimento de colonização que trazia para o Brasil os alemães e os italianos. O massacre dos índios kaingang nessas regiões foi brutal.

*De que maneira isso repercutiu na sociedade?*

Houve um grande debate na imprensa. O então diretor do Museu Paulista, Herman Von Hering, publicou um artigo no qual defendeu o extermínio dos índios. Dizia que não podiam ser um obstáculo ao progresso, ao avanço da civilização. Se fosse necessário, deveriam morrer. Uma das pessoas que se levantaram contra essa ideia foi Cândido Rondon. Para ele, a civilização não podia significar morte para os índios. O Estado, dizia o sertanista, tinha que proteger esses povos.

*Foi um processo semelhante ao que ocorreu na ditadura, com o avanço em direção à Amazônia Legal, não?*

Sim. O padrão se repete nos anos 50 e, mais tarde, na época dos governos militares, nas décadas de 60 e 70. Com a construção das rodovias BR-163, BR-364 e Transamazônica, que cortam a região amazônica, vários povos que viviam isolados foram contatados. Entre eles estão os panará, araweté, arara, assuri do Tocantins. Quando a economia está em crise, verifica-se uma redução dos conflitos, uma calma em relação às populações que estão no meio do mato, nas terras deles. Não é o que está ocorrendo agora. Os conflitos são agravados porque a expansão atual é capitaneada pelo agronegócio, o setor que mais tem a ver com a ocupação do território.

*Não é só com o agronegócio que surgem conflitos.*

Também existem os interesses das empresas de mineração e a questão energética. Com a expansão econômica, torna-se necessário melhorar e aumentar o suprimento energético, para o País continuar crescendo. Como os mananciais das outras regiões estão esgotados, é preciso construir hidrelétricas na Amazônia.

---

## **Patrus Ananias discute com ministro da Secretaria de Estudos Estratégicos agenda comum para agricultura familiar e reforma agrária. Talita Viana – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/02/2015**

Discutir as possibilidades de construção de uma agenda comum de trabalho. Com este intuito, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, recebeu na manhã desta quinta-feira (26), em Brasília, o ministro de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger.

No encontro o ministro do Desenvolvimento Agrário destacou os avanços do País relacionados à promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como a retirada do Brasil do Mapa da Fome por parte da ONU. Patrus Ananias apontou ainda alguns pontos para uma agenda futura. “Nós temos, não apenas manter as conquistas, mas também avançar ainda mais na governança fundiária, na reforma agrária, na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar e na produção de alimentos saudáveis para a população brasileira.”

Adicionalmente, ele salientou a importância em se pensar uma agenda para juventude rural. “Se estamos falando na construção de uma agenda de futuro, temos que falar na juventude do campo e na construção de um rural que ofereça oportunidades e qualidade de vida para esse público”.

Patrus Ananias realçou ainda a importância da parceria com a Secretaria de Estudos Estratégicos e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na produção de estudos e informações estratégicas sobre as possibilidades para agricultura familiar na estratégia de desenvolvimento rural do Brasil.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa